



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2017

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Imprensa Oficial do Estado – IMESP adotou medidas significativas objetivando o compromisso do equilíbrio de suas contas, sempre com a preocupação de preservar o desempenho e a qualidade dos seus serviços e produtos, diante do cenário desfavorável decorrente da crise econômica no curso de 2017.

Um conjunto de ações contribuiu para o êxito dessa trajetória no ano passado, merecendo destaque: a redução do quadro de pessoal, assim como do consumo de energia, água e telefonia; maior rigor no controle do uso de chapas e papéis, evitando-se perdas; monitoração das metas de redução dos ajustes de máquinas de impressão e acabamento; acompanhamento diário do apontamento e andamento dos trabalhos nos processos produtivos, em tempo real. Todas essas medidas resultaram em um impacto positivo na redução dos custos internos da empresa.

Apesar de todas as dificuldades, a IMESP atingiu em 2017 um faturamento total de aproximadamente R\$ 350 milhões.

Cumprir frisar que a empresa alcançou números expressivos com relação ao Diário Oficial do Estado – DOE, um dos seus principais produtos, o qual há 126 anos é produzido e disponibilizado à sociedade como importante ferramenta de transparência, publicidade, perenidade de acesso às leis, atos normativos e administrativos e resoluções legais de todas as esferas do Governo do Estado de São Paulo, bem como as informações obrigatórias de entidades privadas. Até 31.05.2017, essas informações, organizadas e distribuídas nos Cadernos Executivo, Legislativo e Empresarial, resultaram na impressão de 39 milhões de páginas e entregas a 3,5 mil pontos. No site da IMESP, o Diário Oficial Eletrônico teve média de 351 mil pesquisas diárias, as quais geraram transmissão de 155 mil páginas certificadas digitalmente.

Vale destacar, ainda, que em 2017 mantivemos, mais uma vez, a decisão de não aplicar reajuste ao preço da publicação no Caderno Empresarial do Diário Oficial, refletindo uma desoneração de 18,3% ao se considerar os índices inflacionários do biênio 2015 – 2016.

A Imprensa Oficial, caminhando em direção a um futuro sustentável, suspendeu a versão impressa do Diário Oficial do Estado a partir de 01.06.2017, mantendo apenas sua versão digital. Essa medida resultou na redução do consumo de 34 toneladas mensais de papel-jornal, representando 408 toneladas anuais.

Foram obtidos, em 2017, resultados significativos em relação à nossa parceria com a Secretaria Estadual de Educação, que compreendeu a impressão e distribuição de aproximadamente 64 milhões de livros didáticos para o “Programa Ler e Escrever”, “Projeto

Educação Matemática nos Anos Iniciais – EMAI”, “Educação de Jovens Adultos – EJA e CEEJA”, e o “Programa São Paulo Faz Escola”, destinados aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. Esses livros foram distribuídos em 4,4 mil locais do Estado de São Paulo aos alunos das escolas estaduais, escolas municipais (municípios que aderiram ao programa do Estado), Diretorias de Ensino, centros educacionais e centros prisionais. Todo esse material foi produzido nos prazos acordados e com excelente padrão de qualidade. Ressaltamos que a ferramenta IO TRANS, desenvolvida pela IMESP, possibilitou mais uma vez o controle e a comprovação das entregas digitalmente, configurando um maior nível de satisfação da Secretaria Estadual de Educação e do Governo do Estado de São Paulo. Em 2017, a Imprensa Oficial envidou todos os seus esforços para assegurar o objetivo principal relativo ao Projeto da Educação: que os livros didáticos estejam disponíveis nos estabelecimentos de ensino no início do ano letivo.

As publicações comerciais produzidas na IMESP totalizaram um número expressivo representado por 839 Ordens de Serviços.

Com relação ao nosso segmento editorial foram produzidos três novos títulos, sendo que as vendas em nossa livraria da rua XV de Novembro, livraria virtual e livrarias de terceiros, totalizaram nove mil exemplares.

É importante ainda salientar que na área de tecnologia superamos nossas expectativas, com cifras expressivas, confirmadas pela emissão de 103 mil certificados digitais e nas 28,4 milhões de visitas e consultas ao site da IMESP. Foram também aprimorados os sistemas de busca para garantir ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos.

Apenas em 2017, o Jucesp on-line, que disponibiliza o acesso ao banco de dados da Junta Comercial de forma eletrônica, recebeu mais de 34 milhões de pesquisas e emitiu 10 milhões de fichas cadastrais.

Em face do exposto pode-se concluir que, mesmo com o contexto desafiador de 2017, conseguimos assegurar o compromisso contínuo na busca do equilíbrio dos resultados, permitindo assim um desempenho consistente de nossas atividades. O Balanço Patrimonial aqui publicado comprova a solidez e os números positivos da Imprensa Oficial do Estado – IMESP.

A DIRETORIA

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)							
Ativo			Passivo				
	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	246.823	267.506	Fornecedores	10	7.274	1.461
Clientes	5	13.114	13.432	Impostos e contribuições		5.224	5.490
Estoques	6	42.123	30.612	Adiantamento de clientes	7		2.631
Impostos a recuperar	7	4.028	3.987	Contas a pagar	10	18.657	19.707
Outros créditos		3.451	2.993	Provisão para férias		10.577	10.295
Despesas antecipadas		137	134	Provisão para licença-prêmio		137	253
				Provisão para imposto de renda		11.293	19.606
				Provisão para contribuição social		878	3.435
Total circulante		309.676	318.664	Total circulante		54.047	62.878
Não circulante			Não circulante				
Impostos diferidos	3.7	5.461	5.331	Provisão para contingências	3.4	12.074	11.399
Depósitos judiciais e cauções		1.591	1.460				
Créditos diversos		1.198	1.198				
		8.250	7.989	Total do passivo não circulante		12.074	11.399
				Patrimônio líquido			
Investimentos		492	442	Capital social	11	160.352	139.770
Imobilizado	8	50.303	52.895	Reserva legal	11	8.541	25.415
Intangível	9	2.033	2.456	Reserva de lucros	11	135.740	142.984
Total não circulante		61.078	63.782	Total patrimônio líquido		304.633	308.169
Total do ativo		370.754	382.446	Total do passivo		370.754	382.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado - em Reais)			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA			
De produtos vendidos e dos serviços prestados	12	351.138	395.682
Impostos e deduções sobre vendas	12	(27.018)	(31.848)
Receita líquida	12	324.120	363.834
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	13	(160.244)	(160.987)
Lucro bruto		163.876	202.847
Receitas (despesas) operacionais			
Honorários da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal		(2.055)	(1.854)
Gerais e administrativas		(84.292)	(81.081)
Outras despesas operacionais		(1.239)	(1.457)
Outros Resultados - líquido		(261)	(3)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		76.029	118.452
Resultado financeiro - líquido		6.912	18.274
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da Reversão dos juros sobre o capital próprio		82.941	136.726
Imposto de renda	14	(20.285)	(33.223)
Contribuição social	14	(7.581)	(12.449)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	15	55.075	91.054
Reversão dos juros sobre o capital próprio		19.084	17.808
Lucro líquido do exercício		74.159	108.862
Lucro líquido por ação do capital social integralizado - R\$		0,355	0,522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxos de caixa - DFC dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)		
Fluxos de caixa originados de:	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	82.941	136.726
Ajustes patrimoniais:		
Depreciação	11.401	12.519
Resultado na venda de Ativos Permanentes	(260)	0
Reversão dos juros s/capital próprio	19.084	17.808
Aumento/redução em contas a receber	318	3.802
Aumento/redução de estoque	(11.511)	7.197
Aumento/redução em impostos a recuperar	(41)	(134)
Aumento/redução em outros créditos	(458)	(215)
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente	(3)	22
Aumento/redução do realizável a longo prazo	(261)	10.015
Aumento/redução em fornecedores	5.813	(490)
Aumento/redução de impostos e contribuições	(266)	(2.007)
Aumento/redução de adiantamento de clientes	(2.624)	(715)
Aumento/redução em contas a pagar e provisões	(209)	(4.089)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(38.737)	(37.246)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	65.187	143.193
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	(8.707)	(2.553)
Recebimento por vendas de Ativos Permanentes	260	0
Baixa do imobilizado	322	514
Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão	(50)	(75)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(8.175)	(2.114)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	(77.695)	(85.557)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(77.695)	(85.557)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes	(20.683)	55.522
Caixa e equivalente ao caixa no início do exercício	267.506	211.984
Caixa e equivalente ao caixa no fim do exercício	246.823	267.506
	(20.683)	55.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	74.159	108.862
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	74.159	108.862

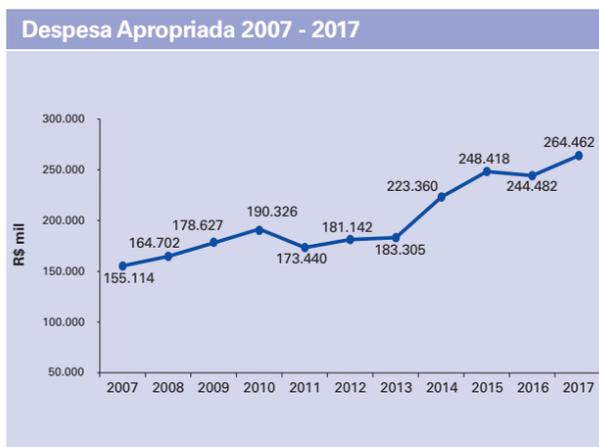
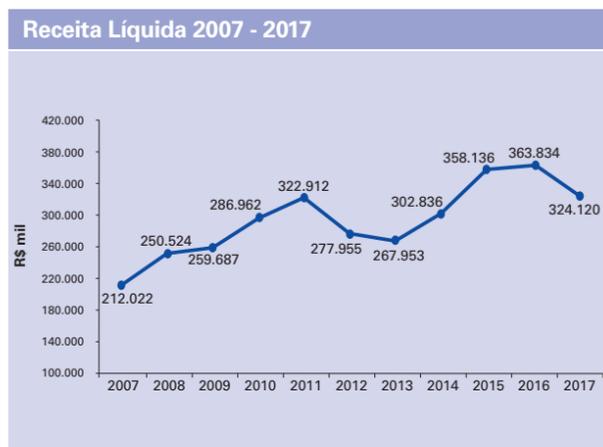
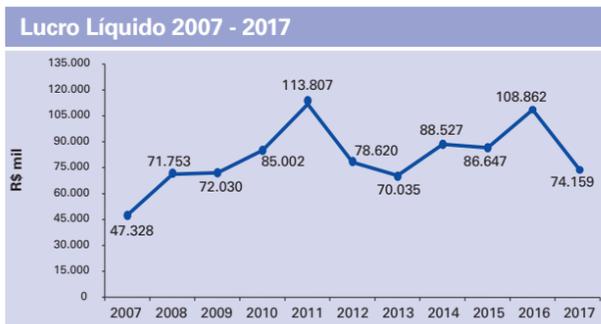
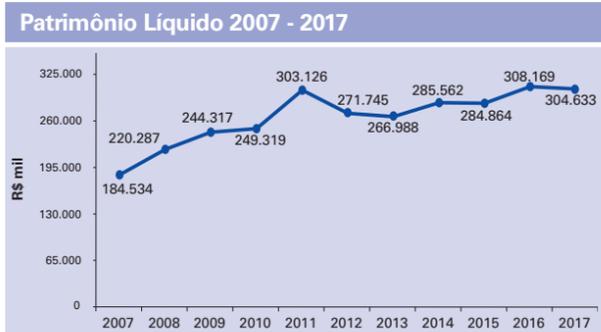
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado - DVA dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)				
Demonstração do valor adicionado	2017	%	2016	%
1 - Receitas	357.679		414.097	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	357.940		414.100	
1.2 Não operacionais (ganhos e perdas de capital)	(261)		(3)	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	118.390		133.371	
2.1 Matérias-primas consumidas	35.439		29.507	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	52.337		63.747	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	30.614		40.117	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	239.289		280.726	
4 - Retenções	11.263		12.285	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	11.401		12.519	
4.2 Amortização e exaustão	86		80	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(224)		(314)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)	228.026		268.441	
6 - Valor adicionado recebido em transferência	27.609		37.633	
6.1 Receitas financeiras	27.609		37.633	
7 - Valor adicionado a distribuir (5+6)	255.635		306.074	
8 - Distribuição do valor adicionado	255.635	100,00%	306.074	100,00%
8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores	118.685	46,43%	112.660	36,81%
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo	60.125	23,52%	81.985	26,79%
8.3 Juros e aluguéis terceiros	2.666	1,04%	2.567	0,84%
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas	19.084	7,47%	17.808	5,82%
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido	55.075	21,54%	91.054	29,75%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.770	19.972	125.122	284.864
Lucro líquido do exercício			108.862	108.862
Destinação do lucro:				
Reserva Legal		5.443	(5.443)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício			(17.808)	(17.808)
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2015			(67.749)	(67.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	139.770	25.415	142.984	308.169
Aumento de Capital Social	20.582	(20.582)		-
Lucro líquido do exercício			74.159	74.159
Destinação do lucro:				
Reserva Legal		3.708	(3.708)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício			(19.084)	(19.084)
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2016			(58.611)	(58.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	160.352	8.541	135.740	304.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636. A sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

Constitui objeto da companhia: I – editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais; II – manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios físicos e tecnológicos mais apropriados; III – prestar serviços de certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações; IV – promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante a utilização das mais avançadas tecnologias; V – prestar serviços de certificação digital desempenhando o papel de Autoridade Certificadora do Governo do Estado; desempenhando o papel de Autoridade de Registro da sua própria Autoridade Certificadora e de outras subordinadas à estrutura da ICP-Brasil; credenciando outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público como Autoridade Certificadora e/ou Autoridade de Registro para validação presencial no processo de emissão de certificados digitais; fornecendo certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas, sistemas e redes; prestando serviços de digitalização, indexação, disponibilização, certificação digital e selo cronológico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; desenvolvendo aplicações e demais programas utilizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público que admitirem o uso de certificação digital como ferramenta de apoio à segurança da informação; VI – editar e coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos; VII – prestar serviços gráficos, editoriais e de digitalização para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos, cartazes e folhetos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; VIII – a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços; IX – a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; e X – a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro – A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita.

Parágrafo segundo – A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Prestação de serviços

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços provenientes das vendas de assinaturas de jornais e são apropriadas ao resultado, de forma linear, tendo como base a quantidade contratada.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativo financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de assinaturas, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão contábil para contingência é atualizada trimestralmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis:

Contingência (R\$ mil)	Remota	Possível	Provável	Contingência Total
Trabalhista	1.263	2.142	11.039	14.444
Cível	7.746	8.958	1.035	17.739

Demonstração da movimentação		
R\$ mil		
	2017	2016
Saldo inicial	11.399	21.419
Adições	6.023	8.837
Baixas	(5.348)	(18.857)
Saldo final no exercício	12.074	11.399

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas, sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

			R\$ mil	
			2017	2016
Imposto de Renda Diferido			4.137	4.039
Contribuição Social Diferida			1.324	1.292
Total			5.461	5.331

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, conforme política descrita na nota explicativa nº 11.

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores.

3.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2017	2016
Caixa	20	20
Bancos	30	10
Aplicações financeiras	246.773	267.476
Total	246.823	267.506

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R\$247 milhões (R\$268 milhões em 31 de dezembro de 2016).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante, é avaliada por metodologia de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros. Os depósitos em bancos e aplicações financeiras estão classificados como baixo risco para curto prazo.

5 – CLIENTES

	R\$ mil	
	2017	2016
Agências, jornais e anunciantes	5.221	5.040
Prefeituras	4.529	3.839
Secretaria do Estado de São Paulo	1.193	1.388
Empresas públicas	1.116	1.056
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	410	1.345
Entidade de classe e terceiro setor	214	46
Poder Legislativo e Ministério Público	176	480
Universidades	80	90
Livrarias	79	84
Outros clientes	519	636
Subtotal	13.537	14.004
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(423)	(572)
Total	13.114	13.432

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias.

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status

8 – IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação (%)	R\$ mil						2017
		2016	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Terrenos	-	2.884	-	-	-	-	-	2.884
Edifícios	4	24.048	7	66	-	-	-	24.121
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4, 10 e 20	110.996	5.914	41	(41)	(1.309)	(13)	115.588
Instalações	10 e 20	37.838	69	581	(94)	(954)	-	37.440
Móveis e utensílios	10 e 20	9.596	23	1	(1)	(289)	-	9.330
Veículos	10 e 25	1.013	100	-	-	(129)	-	984
Outros bens de uso	10	686	36	-	-	(72)	-	650
Bens desativados	-	467	-	-	-	(17)	-	450
Imobilizações em andamento/ inoperantes	-	598	2007	-	(553)	-	-	2.052
Subtotal		188.126	8.156	689	(689)	(2.770)	(13)	193.499
Depreciação acumulada		(135.231)	(10.426)	115	(115)	2.451	10	(143.196)
Total		52.895	(2.270)	804	(804)	(319)	(3)	50.303

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.9. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Admi-

nistração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perdas e não foi necessário constituir provisão para perda do valor recuperável.

9 – INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação (%)	R\$ mil						2017
		2016	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Software	20 e 50	30.838	551	-	-	-	-	31.389
Adiant.p/Implantação de software	-	763	-	-	-	-	-	763
Subtotal		31.601	551	-	-	-	-	32.152
Amortização acumulada		(29.145)	(974)	-	-	-	-	(30.119)
Total		2.456	(423)	-	-	-	-	2.033

10 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	R\$ mil	
	2017	2016
Fornecedores	7.274	1.461
Contas a pagar	18.657	19.707
Total	25.931	21.168

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Contudo, não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes.

6 – ESTOQUES

	R\$ mil	
	2017	2016
Produtos acabados	5.113	5.520
Produtos em elaboração	25.645	18.806
Matérias-primas	4.078	4.632
Estoques em poder de terceiros	6.196	719
Peças e materiais diversos	1.970	1.927
Subtotal	43.002	31.604
(-) Provisão para redução ao valor de mercado	(879)	(992)
Total	42.123	30.612

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$160.244 em 2017 (R\$160.987 em 31 de dezembro de 2016).

7 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	2017	2016
IPI a recuperar	3.017	2.919
ICMS a recuperar	733	790
IPI a compensar	278	278
Total	4.028	3.987

nistração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perdas e não foi necessário constituir provisão para perda do valor recuperável.

11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2017 é de R\$139,7 e R\$160,3 milhões respectivamente, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Esta será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre o lucro auferido no exercício de 2017.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 45 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2017, foi aprovado a distribuição de R\$ 19,1 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado apurado no período do exercício de 2017 e deverá ser submetida à ratificação dos Srs. Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas deste exercício de 2017. A administração propôs à Assembleia Geral dos Acionistas que os juros pagos sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como *Despesas Financeiras* e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

12 – RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	R\$ mil	
	2017	2016
RECEITA BRUTA TRIBUTÁVEL	351.138	395.682
PASEP	3.487	4.172
COFINS	16.075	19.230
ICMS	299	148
IPI	20	68
ISS	797	1.079
INSS - DESONERAÇÃO	5.028	5.660
CANCELAMENTOS E DESCONTOS CONCEDIDOS	1.312	1.491
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(27.018)	(31.848)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	324.120	363.834

13 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil)					
	2017		2016		Var. %
Custo/Despesas	R\$ 270.494	100,0%	R\$ 277.081	100,0%	(2,4)%
Custo dos produtos vendidos	160.244	59,2%	160.987	58,1%	(0,5)%
Despesas com vendas e marketing	5.603	2,1%	4.373	1,6%	28,1%
Despesas administrativas	80.744	29,9%	78.562	28,3%	2,8%
Despesas Financeiras	19.443	7,2%	18.210	6,6%	6,8%
Outras despesas operacionais	4.460	1,6%	14.949	5,4%	(70,2)%
	2017		2016		Var. %
Receita Líquida	R\$ 324.120		R\$ 363.834		(10,9)%

14 – CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	82.941	136.726
Diferenças temporárias/permanentes líquidas	1.162	(1.636)
Imposto de renda e contribuição social	(29.028)	(44.036)
	(27.866)	(45.672)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27.996)	(42.247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	130	(3.425)
	(27.866)	(45.672)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	33,60%	33,40%

15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- Produtos jornalísticos;
- Produtos gráficos;

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	219.226	90.858	14.036	-	324.120
(-) CPV	(25.003)	(119.585)	(15.656)	-	(160.244)
Lucro bruto	194.223	(28.727)	(1.620)	-	163.876
Despesas com vendas	(3.703)	(1.637)	(263)	-	(5.603)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(82.244)	(82.244)
Resultado financeiro	-	-	-	6.912	6.912
Imposto sobre lucro	-	-	-	(27.866)	(27.866)
Lucro (prejuízo líquido)	190.520	(30.364)	(1.883)	(103.198)	55.075

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Produtos Jornalísticos	Produtos gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	228.344	122.350	13.140	-	363.834
(-) CPV	(23.672)	(118.038)	(19.277)	-	(160.987)
Lucro bruto	204.672	4.312	(6.137)	-	202.847
Despesas com vendas	(2.628)	(1.505)	(240)	-	(4.373)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(80.022)	(80.022)
Resultado financeiro	-	-	-	18.274	18.274
Imposto sobre lucro	-	-	-	(45.672)	(45.672)
Lucro (prejuízo líquido)	202.044	2.807	(6.377)	(107.420)	91.054

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	741	878
Benefícios – bonificação	556	185
Total Diretoria	1.297	1.063
Honorários Conselheiros	758	791
Total dos Honorários	2.055	1.854

17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	R\$ mil			
	31/12/2017			31/12/2016
Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes	-	246.823	246.823	267.506
Impostos compensáveis	-	4.028	4.028	3.987
Despesas antecipadas		137	137	134
Ativo financeiro	13.114	-	13.114	13.432
Total	13.114	250.988	264.102	285.059

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a classificação dos passivos financeiros por categoria é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivos financeiros	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar	25.931	21.168
Salários e encargos	10.714	10.548
Impostos e obrigações fiscais	17.395	28.531
Total	54.040	60.247

Gestão de riscos

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 116,5 milhões.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos
Conselheiros, Acionistas e Diretores da
Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA
GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora-

ção de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal co-

municação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC 2SP 023880/O-7
ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio Responsável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP**, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 09 de fevereiro de 2018, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

Gilberto Souza Matos
José Alexandre Pereira de Araújo
Fabiana Vitor Santos
Karla Bertocco Trindade

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP**, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 09 de fevereiro de 2018, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
MOACIR ROSSETTI
JOÃO AFONSO SOLIS
LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANÁ
MARIA FELISA MORENO GALLEGO
ORLANDO DE ASSIS BAPTISTA NETO

IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

Maria Felisa Moreno Gallego
Diretora-Presidente

Richard Vainberg
Diretor Administrativo e Financeiro

Ivail José de Andrade
Diretor Industrial

Eduardo Yoshio Yokoyama
Diretor de Gestão de Negócios

Adilson Castro de Souza Rocha
Gerente Financeiro

Airton Correia de Andrade
Contador - CRC 1SP 200808/O-1

